

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Ocean Valor fica	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: País tem recorde negativo de exploração de petróleo no mar	2
Título: Notas	3
Título: Força-tarefa desmonta quadrilha de roubo de combustíveis da Petrobras.....	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Rede elétrica inteligente ajuda a reduzir perdas.....	4
Título: Venda de ativos da Petrobrás chega ao Supremo	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Consumidores vão à Justiça contra indenização das transmissoras.....	7
Título: Recálculo das tarifas não afetará distribuidoras.....	8
Título: Curtas	9
Título: STF decidirá sobre venda de campos da Petrobras	9
Título: Justiça homologa acordo da Samarco com União	10
Título: Destaques	12

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Ocean Valor fica**

A 20ª Câmara Cível do Rio negou, ontem, recurso da Petrobras e manteve contrato de R\$ 1,1 bilhão da estatal com a americana Diamond, do navio sonda Ocean Valor. O acordo vigorava há seis anos e só terminaria em 2018. Só que, em 2016, a Petrobras tinha alegado justa causa para rescindir o contrato por temer um “potencial futuro acidente”.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Maria Cristina Frias****Título: País tem recorde negativo de exploração de petróleo no mar**

O número de perfurações marítimas feitas para descobrir a quantidade de petróleo de campos caiu ao menor nível desde 1969.

Sem rodadas de licitação de reservas atraentes nos últimos anos, foram feitas apenas três perfurações.

A falta de leilões é a principal razão para o esfriamento da atividade exploratória, diz José Firmo, presidente da Abespetro (das empresas de serviços). "A situação da Petrobras também contribui. Ela reduziu sua exploração porque já tinha uma boa carteira que vai priorizar."

Para este ano, há previsão de que aconteçam três rodadas de licitação: uma de campo em águas rasas, uma no pré-sal e uma de área unitizável (conectada a uma reserva que já tem dono).

"O investimento em terra é de cerca de US\$ 6 milhões (R\$ 18,67 milhões) e produção média de 40 barris. No 'off-shore', são US\$ 45 milhões (R\$ 140 milhões) e 3.000 barris."

Como o custo para explorar um campo marítimo é alto, é preciso fazer aportes comparativamente grandes.

Com regras mais favoráveis à participação de estrangeiros, a expectativa do mercado é que elas impliquem uma atividade de pesquisa mais intensa, diz Firmo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Maria Cristina Frias**Título:** Notas

Energia... A mineira ForGreen, especializada em geração de energia solar fotovoltaica, vai investir R\$ 10 milhões em 2017 para expandir suas operações. A empresa instala usinas em residências, indústrias e redes varejistas.

...renovável. A companhia planeja ampliar as suas atividades para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal. A expectativa é que o crescimento anual da receita seja de 150%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Força-tarefa desmonta quadrilha de roubo de combustíveis da Petrobras

A polícia prendeu nesta quinta (16) cinco pessoas acusadas de participar de uma quadrilha especializada em furto de petróleo e combustíveis em dutos da Petrobras, atividade criminosa que teve grande crescimento em 2016 e está por trás de uma série de assassinatos na Baixada Fluminense, no Rio.

Na quarta (15), outros oito já haviam sido presos, sete deles em flagrante enquanto praticavam o crime em Uberlândia (MG). Entre estes, havia dois policiais militares do Rio.

As prisões são resultado da Operação Ouro Negro, coordenada pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público do Rio de Janeiro, em parceria com a Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente da Polícia Civil.

A força-tarefa estima que a quadrilha tenha desviado, apenas em 2016, cerca de 14 milhões de litros, causando um prejuízo de aproximadamente R\$ 33,4 milhões à Petrobras. Na operação, estourou uma refinaria clandestina Cosmópolis (SP).

Foram expedidos 11 mandados de prisão nos estados do Rio, São Paulo e Minas Gerais. Destes, seis foram cumpridos até a tarde desta quinta, segundo o Ministério Público.

Renato Junior de Oliveira e Renato Tavares de Oliveira foram presos em São Paulo. Sularman de Oliveira, Jane Pereira e Carlos Alberto Ferreira foram presos

no Rio. Os dois últimos são donos de postos de gasolina que compravam combustível roubado.

Em Minas Gerais, a polícia prendeu Charles Ponciano ainda na quarta. Com ele, acabou prendendo em flagrante outras sete pessoas.

A quadrilha se dividia em três grupos, cada um responsável por um estado e por determinada etapa das operações -alugar os terrenos para praticar os furtos, definir as rotas dos caminhões e equipes de perfuração dos dutos e instalar as "bicas" para a retirada dos combustíveis.

De acordo com a denúncia, a quadrilha atuou entre junho de 2015 e março de 2017. Seus integrantes serão acusados de organização criminosa para a prática de furto qualificado de combustível e petróleo cru.

Apenas no ano passado, o sistema da Petrobras identificou 73 ocorrências de furtos em sua malha de dutos. Em 2015, foram apenas 14 e no ano anterior, uma.

Segundo a polícia, a disputa pelo controle da atividade tem gerado uma guerra entre milícias na Baixada Fluminense. Em 2016, três candidatos a vereador de Duque de Caxias foram assassinados, segundo a polícia, por envolvimento no crime.

O furto é realizado geralmente em propriedades próximas às faixas de dutos da Petrobras. Para não despertar suspeitas, as operações costumam ser realizadas durante a noite: caminhões-tanque entram nas propriedades e são abastecidos com os combustíveis furtados por meio de mangueiras, deixando o local antes do início do dia.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Mariana Lima

Título: Rede elétrica inteligente ajuda a reduzir perdas

Investimentos do setor, no entanto, ainda são tímidos, por conta do alto custo dos equipamentos.

A chegada ao setor elétrico da internet das coisas (IoT, na sigla em inglês) é questão de tempo, disse Pedro Kurbhi, gestor executivo do grupo EDP no Brasil. Ele participou na quarta-feira do evento Fóruns Estadão IoT e Infraestrutura.

“Observando países em que o setor é mais amadurecido, conseguimos ter certeza de que o mercado brasileiro também vai ser impactado por IoT”, afirmou Kurbhi, durante painel sobre tráfego de dados, segurança e eficiência energética.

Por enquanto, segundo o executivo, o setor energético passa pelas primeiras etapas de transformar processos analógicos em digitais.

A aplicação de tecnologia para eficiência energética será indispensável para as cidades inteligentes nos próximos anos. Para os painelistas, o brasileiro já está acostumado a reduzir custos energéticos devido aos problemas de racionamento de energia vividos no início dos anos 2000.

Celso Motizuqui, gerente geral de vendas da Furukawa, lembrou que, até 2050, 80% da população mundial morará em áreas urbanas. A gestão de energia, portanto, será primordial para o funcionamento das cidades. Para isso, será necessária a implementação em larga escala da rede elétrica inteligente, também conhecida por smart grid.

Atualmente, são poucas as cidades brasileiras que contam com a tecnologia, que tem como característica automação da rede, melhora no controle da distribuição e redução dos tempos de falhas.

Cidades inteligentes. Melhorar a gestão da energia é fator-chave para garantir o funcionamento de municípios completamente conectados.

A adoção do IoT deve transformar as cidades em espaços inteligentes (smart cities, em inglês). Conectividade e energia elétrica serão fatores primordiais para isso.

Anderson Dornelas, gerente de projetos de soluções de energia da Hitachi Consulting na América Latina, ressaltou a importância da energia elétrica nos próximos anos.

“Estimamos que, em alguns anos, a demanda por energia será semelhante à procura por água. A sociedade não conseguirá viver sem energia, nem mesmo por apenas alguns segundos”, acrescentou o executivo da Hitachi.

Os painelistas concordaram que a atual infraestrutura energética brasileira não conseguiria dar suporte a uma sociedade totalmente conectada.

Os investimentos em expansão dos projetos de smart grid para todo o território nacional ainda são um desafio para as empresas concessionárias de energia elétrica, disseram.

Maria Tereza Vellano, diretora de planejamento, engenharia e obras de distribuição da AES Eletropaulo, afirmou que as principais dificuldades estão relacionadas aos custos dessa tecnologia.

“O principal desafio é o custo dos equipamentos. Mesmo os produtos locais são muito caros, o que dificulta a expansão. Para se ter uma ideia, o medidor inteligente usado num smart grid custa R\$ 800, enquanto o convencional sai por R\$ 70”, explicou.

A crise econômica brasileira foi apontada pelos participantes como um dos fatores que inibem os investimentos.

Proteção. Com a rede elétrica totalmente conectada, sua segurança torna-se um desafio. “Além de decidirmos como será a implantação dessas redes inteligentes, precisamos pensar ainda em formas que as tornem imunes a ataques de hackers”, disse Motizuqui.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: Venda de ativos da Petrobrás chega ao Supremo

Ação de sindicato contra a venda de unidades da empresa, incluindo negócios já concluídos, será julgada pelo STF

O programa de venda de ativos da Petrobrás agora está nas mãos do Supremo Tribunal Federal (STF). O caso estava sendo analisado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que em janeiro havia negado pedido da estatal para que suspendesse a liminar que a impede de enxugar o patrimônio. Na quarta-feira, no entanto, o ministro Humberto Martins reconsiderou o caso e o enviou para o STF.

A decisão saiu no mesmo dia em que o Tribunal de Contas da União (TCU) liberou a Petrobrás para vender os ativos desde que comece o processo do zero, em novas condições, com ampla transparência e dando chance para que qualquer empresa interessada participe da concorrência e não mais exclusivamente aquelas escolhidas pela estatal, como estava acontecendo até agora.

Venda de ativos.

A ação que vai ser analisada pelo STF partiu do sindicato dos empregados da Petrobrás de Alagoas e Sergipe, o Sindipetro AL/SE, que questiona exatamente o modelo adotado pela empresa para vender os ativos. A Petrobrás entende que a

decisão do TCU anula o processo, porque o objeto de crítica da ação, o modelo de concorrência, será revisto por determinação da corte.

Mas a advogada do sindicato, Raquel de Souza, não interpreta da mesma forma. Ela questiona vendas já concluídas e diz que, em alguns casos, nem mesmo a licitação, como indicado pelo TCU, é válida, porque se trata de desestatização, o que exige outra sistemática. Esse seria o caso da BR Distribuidora.

Ainda que o STF considere que a liminar do Sindipetro AL/SE perdeu a validade após a decisão do TCU, a venda de três ativos ficam pendentes – a dos campos de Tartaruga Verde e Baúna para a australiana Karoon, já em fase avançada, e a do campo de Saint Malo, no Golfo do México norte-americano.

O TCU liberou a Petrobrás para dar continuidade à negociação dessas três áreas seguindo o modelo anterior, de carta-convite. Como o próprio Tribunal entendeu que essa não é a melhor forma de se desfazer do patrimônio e o sistema de cartaconvite é o objeto da liminar do sindicato, a própria Petrobrás considera que dificilmente conseguirá concluir a venda desses ativos no curtíssimo prazo. A decisão será do STF.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia

Título: Consumidores vão à Justiça contra indenização das transmissoras

A Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a remuneração das indenizações das transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013, no valor total de R\$ 62,2 bilhões. Esse montante, aprovado em fevereiro pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), será cobrado do consumidor de energia e repassado às transmissoras ao longo de oito anos. Conforme antecipado pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor na quarta-feira, a associação, que representa gigantes como Gerdau e Vale, entrou com ação nesta semana, na Justiça Federal em Brasília. Caso a Justiça conceda liminar, a decisão pode causar uma reviravolta de grandes proporções no setor elétrico. Isso porque a Aneel já está considerando o pagamento da remuneração das indenizações nos reajustes tarifários já concedidos neste ano, como é o caso das distribuidoras Light e Enel Distribuição Rio (antiga Ampla), entre outras.

Além disso, uma liminar contra as indenizações também tem potencial para afetar negativamente o valor das ações de grandes empresas de transmissão que são beneficiadas com esses recursos: principalmente a Eletrobras e a Cteep. Além

do potencial impacto no setor elétrico, a ação com pedido de liminar da Abrace é o primeiro grande ato de judicialização do setor elétrico desde que Michel Temer assumiu a presidência. De acordo com cálculos da Aneel, somente neste ano, as tarifas deverão cobrir R\$ 10,8 bilhões, do total de R\$ 62,2 bilhões. O impacto médio estimado para as tarifas dos consumidores é de um efeito de alta de 7,17% neste ano. A depender da distribuidora, o efeito de alta nas contas de luz poderá variar de 1,13% a 11,45% este ano. O presidente da Abrace, Edvaldo Santana, que foi diretor da Aneel na época da aprovação da Medida Provisória 579/2012, que tratou da renovação antecipada das concessões, já havia afirmado no último mês que a entidade entraria na Justiça caso as indenizações fossem aprovadas pela Aneel. Na avaliação dele, não há valores a serem pagos às transmissoras. Nas contas do executivo, o impacto médio dessa remuneração chegará a 25% para os grandes consumidores. (Colaborou Rafael Bitencourt, de Brasília)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Recálculo das tarifas não afetará distribuidoras

A antecipação para até maio da correção do cálculo das tarifas de energia para compensar o consumidor pelo valor de R\$ 1,8 bilhão cobrado a mais em 2016, pela contratação de energia da usina nuclear de Angra 3, não terá impacto para as distribuidoras de energia. A avaliação é do presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Nelson Leite. Segundo ele, tanto a cobrança desse montante no ano passado como o ressarcimento agora não afetarão o "dia a dia" das distribuidoras. "O processo tarifário continua funcionando", disse o executivo ao Valor. Na terça-feira, a agência informou que pretende realizar entre os meses de abril e maio os processos tarifários extraordinários das distribuidoras, para ressarcir os consumidores pelo valor cobrado a mais na tarifa do ano passado. O problema ocorreu porque em 2016, os consumidores pagaram pela energia contratada de Angra 3, que estava prevista para iniciar a operação no ano passado mas cujas obras estão paralisadas desde 2015. A expectativa é que o ressarcimento tenha um efeito redutor de 1,2 ponto percentual nas contas de luz.

"A Abradee apoia a posição da Aneel, diante da repercussão que [o assunto] teve, de antecipar a devolução das sobras de receitas tarifárias", disse Leite. Segundo ele, as distribuidoras não tiveram ingerência no episódio. "Não podemos falar de cobrança indevida. Não foi indevida porque foi devidamente autorizada pela autoridade competente, a Aneel. A distribuidora não tem gestão sobre tarifas." Leite destacou que a conta do encargo de energia de reserva (EER), por meio do qual foi cobrado a energia de Angra 3, é uma conta que possui milhares

de itens a serem pagos pelas distribuidoras à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), a partir de dados verificados ou projetados pela Aneel. "A distribuidora nem percebeu que tinha uma despesa de Angra 3."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Novo comando na Copel

A Copel informou ontem que o governo do Paraná indicou o engenheiro Antonio Sergio de Souza Guetter para assumir a presidência da companhia paranaense. A indicação do executivo será delibera na reunião do conselho de administração, marcada para quarta-feira. Guetter substituirá Luiz Fernando Leone Vianna, nomeado para a diretoria-geral de Itaipu. Funcionário de carreira da Copel, Guetter é graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Ele já ocupou as funções de diretor de Finanças e de Relações com Investidores e diretor presidente da Copel Renováveis. Ele ocupava o cargo de diretor presidente da Copel Distribuição.

Eggers assume Eletrosul

O conselho de administração da Eletrosul aprovou ontem a nomeação do diretor administrativo Gilberto Odilon Eggers para a presidência da empresa, em substituição a Márcio Zimmermann. Eggers é economista e funcionário de carreira da Celesc. Ele foi responsável pela gestão técnica e administrativa da unidade regional da Celesc em Mafra, no Norte catarinense. Entre 2009 e 2011, foi diretor de gestão corporativa e, no período de 2013 a agosto de 2016, atuou como assistente da diretoria comercial da Celesc. Em setembro de 2016 foi para a Eletrosul. Para o lugar de Eggers na diretoria administrativa foi indicado o advogado Laércio Faria, funcionário de carreira da Eletrosul.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Murillo Camarotto e Maíra Magro

Título: STF decidirá sobre venda de campos da Petrobras

Caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) decidir sobre a conclusão da venda das participações da Petrobras nos campos de Baúna, na Bacia de Santos, e de Tartaruga Verde, na Bacia de Campos. A transação, fechada por US\$ 1,5 bilhão, está parada desde novembro devido a uma liminar concedida pela Justiça Federal

de Sergipe. Em seu despacho, a juíza Telma Maria dos Santos Machado concedeu a liminar requerida por meio de uma ação impetrada por sindicatos de petroleiros, que alegam que o negócio fere a Constituição pois só poderia ser realizado mediante licitação.

A direção da Petrobras recorreu ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), mas não conseguiu invalidar a liminar. Por tratar-se de um questionamento constitucional, outro recurso foi encaminhado ao vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Humberto Martins, que também indeferiu o pedido de derrubada da liminar. Na quarta-feira, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, se reuniu por cerca de uma hora com a presidente do STJ, ministra Laurita Vaz, para tratar da questão. No mesmo dia, a juíza decidiu que o processo é de competência do Supremo. O caso, inclusive, já está aos cuidados da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Em todas as etapas desses processos, a Petrobras vem alertando as autoridades para a gravidade de sua situação financeira e para a necessidade de avançar no programa de venda de ativos. A direção da companhia chegou a argumentar que a manutenção da liminar poderia causar "grave lesão ao interesse público". De acordo com o processo, a Petrobras alegou que o fracasso na venda dos ativos resultará em "dificuldades para recuperar sua financiabilidade, o que, por consequência, acarretará novos cortes de custo e a necessidade de solicitar aporte financeiro da União, sua acionista majoritária, a qual deixará de investir em setores importantes como saúde, educação e segurança pública, comprometendo, ainda mais, a já combalida economia do país". Na quarta-feira, a empresa recebeu sinal verde do Tribunal de Contas da União (TCU) para seguir com as vendas dos ativos, desde que todos os processos sejam reiniciados em um ambiente de maior transparência. Apesar de não estar sujeita à Lei de Licitações (8.666/93), a estatal deve, no entendimento das autoridades, respeitar os princípios da administração pública, como publicidade, impessoalidade e eficiência. Após a primeira manifestação do TCU, em dezembro, a Petrobras ajustou sua sistemática de venda de ativos e agora quer seguir com as vendas de ativos. Os problemas na Justiça, entretanto, podem dificultar a conclusão dos negócios e a entrada de recursos no caixa. Além dos campos mencionados, a companhia enfrenta decisões judiciais contrárias às vendas de outros ativos importantes. A venda de 100% do campo de Baúna e de 50% de Tartaruga Verde para a australiana Karoon está previamente fechada, mas depende do aval da Justiça. Os investidores australianos já confidenciaram nos bastidores o temor de que a demora na definição do negócio resulte na fuga de sócios financeiros.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza

Título: Justiça homologa acordo da Samarco com União

A Justiça Federal em Minas Gerais homologou ontem acordo preliminar entre as mineradoras Samarco, Vale, BHP Billiton e União, governos de Minas Gerais e Espírito Santo e outros órgãos. O acordo, assinado em março de 2016, estabelece medidas a serem adotadas para recuperação e reparação dos danos provocados pelo rompimento de uma barragem de rejeito de minério de ferro da Samarco, a barragem de Fundão, em novembro de 2015 no município de Mariana (MG). Estabelece também a necessidade de um diagnóstico preciso da dimensão dos estragos.

O documento tinha sido homologado em maio do ano passado, mas logo depois a Justiça suspendeu a homologação sob o argumento de que não havia sido feito no foro correto. Remeteu então o caso para Minas Gerais. A Vale, que ao lado da BHP é uma das controladoras da Samarco, elogiou a decisão de ontem e disse que um dos efeitos práticos da homologação é que ela suspende ações contra as empresas, entre elas uma proposta pelo Ministério Público Federal que pedia indenizações totais de R\$ 155 bilhões. Apesar de ter ficado meses sem a chancela oficial, o acordo, segundo as mineradoras vinham reiterando, estava sendo cumprido por elas. Em sua sentença de ontem, o juiz federal substituto da Justiça de Minas Gerais, Mário de Paula Franco Júnior, aceita garantias financeiras das rés de R\$ 2,2 bilhões. Este valor, lembra o juiz, estava no acordo homologado no ano passado. Ele também avaliza a atuação de duas entidades destacadas para fazer os diagnósticos socioambientais e de análise dos programas de reparação da tragédia que matou 19 pessoas e provocou danos ambientais ainda não avaliados em sua totalidade. O juiz escreveu em sua decisão que se deparou com um quadro bem mais complexo do que a percepção popular sobre o caso. "Seguramente, está-se diante da maior tragédia ambiental do país em toda a sua história, cujas consequências para o meio ambiente e para a saúde humana, depois de decorrido mais de um ano do rompimento da barragem, sequer podem ser aferidas ou dimensionadas", afirmou. "Basta ver o inexplicável surto de febre amarela que atingiu fundamentalmente as regiões impactadas pelo desastre." A Vale emitiu uma nota elogiando a homologação. "Essa é uma importante decisão que reconhece a complexidade do caso e importância de uma solução consensual como forma eficaz de se adotar as medidas necessárias para remediação de todos os impactos causados pelo rompimento da barragem da Samarco", informou a Vale. "Todos os programas no âmbito do acordo celebrado entre as empresas e as autoridades governamentais, em 2 de março de 2016, continuam sendo válidos e implementados", acrescentou. Desde o rompimento de Fundão, a Samarco está parada. A empresa aguarda licenças dos órgãos ambientais de Minas Gerais para voltar a operar, com capacidade inferior. A expectativa da companhia e do governo de Minas Gerais é que no segundo semestre a mineradora retome suas atividades.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas / Legislação****Autor:****Título: Destaques**

Energia elétrica

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) entendeu que pode ser negada energia elétrica para residência localizada em área de risco. A decisão é da 5ª Câmara Civil, que confirmou sentença de comarca do Vale do Itajaí, em ação na qual uma mulher exigia que a Celesc promovesse a ligação de luz em sua residência. A companhia explicou que efetuou o desligamento de energia em inúmeras unidades consumidoras no local, em atenção a pedido da Defesa Civil. Vistorias na localidade constataram ligações clandestinas, tipo "rabicho", irregularmente realizadas. A empresa lembrou também que uma resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) prevê que a responsabilidade de fornecer energia elétrica não depende apenas dela, uma vez que é necessário aval de outros órgãos públicos. A própria Defesa Civil do município encaminhou ofício à fornecedora com informações sobre restrições àquela rua, por ser considerada área de risco.

MME / ASCOM .